

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Janeiro

2022

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

Ministério da Terra e Ambiente - MTA

ENDERENÇO

Rua da Resistência no 1746/7, Maputo - Moçambique

COORDENAÇÃO

Emília Fumo – Secretária Permanente Guilhermina Amurane – Directora Nacional do Ambiente

EQUIPA TÉCNICA

Elias Matsinhe João Cipriano Eliseu Chiandela Rosália Pedro

TIRAGEM

300 Exemplares

GRAFISMO

PROMO MZ

@Direitos do Autor

Este documento é parte integrante de uma série de publicações que se enquadram no domínio da formulação das políticas e programas de educação no sector do ambiente. Em nenhuma circunstância o seu conteúdo deve ser copiado ou transcrito parcial ou completamente sem autorização prévia do legítimo proprietário.

ÍNDICE

Parque Nacional de Banhine

Parque Nacional do Zinave

Parque Nacional da Gorongosa

Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	1	Parque Nacional de Chimanimani
		Parque Nacional de Mágoe
2. PANORAMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MOÇAMBIQUE	3	Parque Nacional do Gilé
2.1 Percurso da Educação Ambiental	4	Parque Nacional das Quirimbas
3. CASOS DE SUCESSO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	5	7.2 Reservas
3.2 Iniciativas Presidenciais de Educação Ambiental	6	Reserva Especial de Maputo
3.2.1 Programa Escola Verde, Escola Gira	6	Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro
3.2.2 Programa de Educação, Comunicação, Divulgação Ambiental (PECODA)	6	Reserva Nacional de Pomene
3.2.3 Programa Vamos Ordenar o Nosso Bairro	7	Reserva Nacional de Marromeu
3.2.4 Olimpíadas Ambientais	7	Reserva Especial do Niassa
3.2.5 Programa Árvore Amiga	8	
3.2.6 Prémio do Jornalismo Ambiental	8	7.3 Áreas de Protecção Ambiental
3.2.7 Feiras de Ambiente	8	Área de Protecção Ambiental de Maputo
3.2.8 Campanhas de Limpeza	9	Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas
3.2.9 Capacitação a Associações de Mulheres e Grupos de Interesse	10	
3.2.10 Gala Nacional do Ambiente	10	
3.2.11 Ambiente em Movimento	11	
3.2.12 A Caça Furtiva Rouba de Todos Nós	13	
3.3 Reconhecimento de Personalidades e dos Guardiões do Património Natural	14	
3.3.1 Sua Excelência, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique	14	
3.3.2 Director do Serviço de Protecção e Fiscalização na ANAC, Carlos Lopes Pereira	15	
3.3.3 Administrador do Parque Nacional da Gorongosa, Pedro Estêvão Muagura	16	
3.3.4 Chefe de Fiscalização na Reserva Especial de Maputo, Natércio Ngovene	17	
4. ABORDAGEM SUSTENTÁVEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	20	
5. UMA PERSPECTIVA DO VII CONGRESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	23	
6. CENÁRIOS PARADISÍACOS DO PATRIMÓNIO NATURAL	25	
7. ÁREAS DE PROTECÇÃO TOTAL	27	
7.1 Parques	29	
Parque Nacional do Limpopo	29	

30

31

NOTAS INTRODUTÓRIAS A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Governo da República de Moçambique privilegia a Educação Ambiental como condição básica para promover a mudança de comportamento face à degradação dos valores ambientais que, em parte, deve-se à sobre-exploração dos recursos naturais e à falta da consciência ambiental nos cidadãos.

Ciente de que só com uma população consciente, pode-se responder à agenda ambiental nacional e internacional, com vista ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, foram e continuam sendo levadas a cabo diversas iniciativas para promover e estimular boas práticas no domínio do ambiente.

Um dos objectivos estratégicos do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024 para a área da educação ambiental consiste em assegurar a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, impulsionar a massificação dos programas educativos e desenvolver acções de gestão de componentes ambientais.

Na sequência dos esforços empreendidos ao longo dos anos, o país conseguiu a integração nos currículos escolares e académicos de cerca de 20 por cento do conteúdo local sobre o ambiente.

O Ministério da Terra e Ambiente, em cumprimento de diferentes instrumentos programáticos e de governação, particularmente, do Programa Quinquenal do Governo, na vertente da educação ambiental, continua empenhado em promover, de forma sistemática, iniciativas visando a massificação das acções de sensibilização e de elevação da consciência dos cidadãos sobre os actuais desafios ambientais.

Este documento traça um panorama da educação ambiental em Moçambique numa perspectiva da conservação da diversidade biológica, enquadrando-se perfeitamente a abordagem que o país se propõe adoptar durante o VII Congresso Internacional de Educação Ambiental em 2023, enquanto este constituir o Fórum da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), para a concertação de ideias conducentes a um desenvolvimento sustentável.

PANORAMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MOÇAMBIQUE

2.1 Percurso da Educação Ambiental

consagra o direito de os cidadãos viverem num ambiente equilisua materialização através da promoção de iniciativas visando o equilíbrio ecológico, a conservação e preservação da natureza.

Ambiente (CNA), criada através do Decreto Presidencial Nº 2/92, de 3 de Junho, que, pela primeira vez em Moçambique, com a necessária coordenação multi-sectorial, é elaborado e aprovado o PNGA (Programa Nacional de Gestão Ambiental), uma estratégia nacional de longo prazo, que definiu as linhas-mestras de orientação para a governação ambiental em todo o território nacional.

O Programa incluía não somente a Política Nacional do Ambiente e o respectivo quadro legal como também a configuração institucional como, revistas, periódicos, vídeos, filmes, softwares, livros, CDs que o Governo devia adoptar para a prossecução dos objectivos entre outros materiais. em vista.

A Política Nacional do Ambiente veio a ser o instrumento através do qual o Governo garante, ainda hoje, a execução de políticas sociais e macro-económicas ambientalmente aceitáveis, visando promover e impulsionar um crescimento económico baseado na valorização do conhecimento como preceito universal do desenvolvimento sustentável.

A Constituição da República de Moçambique, no seu artigo 90, Desde essa altura, foram criados e implementados programas relevantes à elevação da sensibilidade dos cidadãos para o seu crescente brado e o dever de o defender, atribuindo ao Estado a tarefa da envolvimento na procura de soluções para os problemas ambientais.

No ensino básico, a Educação Ambiental é leccionada como conteúdo transversal, tendo-se dado um salto qualitativo, com a distribuição Cronologicamente, é sob a égide da Comissão Nacional do Meio do material de educação ambiental, constituído por Manuais de Educação Ambiental para professores e alunos.

> A nível das Instituições de Ensino Superior, o país está a formar técnicos superiores em cursos ligados ao ambiente, com destaque para Licenciaturas em Educação Ambiental, Gestão Ambiental e Engenharia Ambiental.

> A promoção das actividades de educação ambiental é igualmente feita através de pesquisa e extensão, compreendendo obras tais



3.1. Iniciativas presidenciais de educação ambiental

Uma Criança, Uma Árvore por Ano (1.007.713 de plantas de espécies diversas)

3.2. Programas de Educação Ambiental

3.2.1. Programa Escola Verde, Escola Gira

Em parceria com o sector privado, o programa foi implementado em 33 escolas, à escala nacional, sob forma de concurso. O objectivo era incutir na comunidade estudantil a cultura de conservação e utilização sustentável dos recursos naturais.

Dentre várias actividades realizadas, destaca-se a criação de espaços verdes nas escolas, o que culminou com a distinção e atribuição de prémios aos concorrentes que obtiveram o melhor desempenho.

3.2.2. Programa de Educação, Comunicação, Divulgação Ambiental (PECODA)

O programa é um importante mecanismo de reconhecimento e partilha de experiências entre os diferentes actores ambientais, bem como da valorização dos saberes locais na mitigação e/ou redução dos problemas naturais e antropogénicos de degradação ambiental.

Através deste programas foram criados e operacionalizados mais de 1.120 Clubes e Núcleos Ambientais, que são responsáveis pela educação e sensibilização ambiental nas escolas e nas comunidades.

Os docentes, estudantes/ alunos, trabalhadores da escola, pais e encarregados de educação cultivam valores e realizam actividades que contribuem para um ambiente limpo e saudável. Têm estado a permitir o desenvolvimento de competências necessárias para a concepção de soluções que respondam a actuais desafios ambientais.

3.2.3. Programa Vamos Ordenar o Nosso Bairro

É um processo integrado da organização do espaço biofísico, garantido através da implementação dos instrumentos de gestão territorial, que estabelecem a configuração espacial do território.

infra-estruturas para diferentes ramos de actividades, incluindo espaços habitacionais destaca-se como uma das finalidades do programa.

3.2.4. Olimpíadas Ambientais

Desenvolvido em cerca de 50 escolas da Cidade de Maputo sob o lema "Meu ambiente é verde", permitiu a capacitação dos membros dos Clubes Ambientais, distribução do material de limpeza com realce para os contentores de lixo. Paralelamente, foram entregues Salvaguardar os valores naturais, distribuição racional da rede de aos Clubes Ambientais computadores para os vencedores dos concursos de redacção sobre os problemas ambientais.





3.2.5. Programa Árvore Amiga

Em parceria com o sector privado, em mais de 20 escolas, foram realizadas diversas actividades, com destaque para a criação de pomares, numa iniciativa designada "Pomar Samora Machel", em que cada escola deveria plantar pelo menos 75 árvores de fruta em homenagem ao 75° aniversário do 1° Presidente de Moçambique.

3.2.6. Prémio do Jornalismo Ambiental

O programa consiste na premiação, nas categorias de Televisão, Rádio e Imprensa Escrita, dos melhores trabalhos de jornalistas Moçambicanos, sobre o ambiente, sua protecção e importância para a sociedade.

Trata-se de uma abordagem que incentiva o envolvimento da sociedade em acções que levam à mudança do comportamento em prol do ambiente, bem como ao reconhecimento de jornalistas comprometidos com causas ambientais.

3.2.7. Feiras de Ambiente

Através das Feiras de Ambiente, o país promove e divulga iniciativas de reutilização e reaproveitamento dos resíduos sólidos, transformando-os em matéria-prima para o ciclo produtivo, gerando rendimentos para centenas de famílias moçambicanas. Através de iniciativas públicas, privadas e de organizações da sociedade civil promove-se debates e troca-se experiências de boas práticas de gestão dos resíduos sólidos urbanos.







As feiras constituem uma excelente oportunidade para a apresentação das pontecialidades naturais de que o país dispõe e os esforços em curso para a sua preservação em prol do turismo baseado na natureza.

3.2.8. Campanhas de Limpeza

Através de um amplo movimento de engajamento, decorrem actividades de limpeza que, a cada dia, elevam a consciência individual sobre a necessidade de cuidar do ambiente em que vive.

As actividades incidem em locais de maior aglomeração de pessoas, nomeadamente, bairros, mercados, praias, vias públicas e locais de trabalho. Aqui são passadas mensagens que estimulam o cidadão a não depositar lixo no chão, mas sim a adoptar medidas de que se resumem nos 3Rs, reutilizar, reciclar e reaproveitar os resíduos, evitando a sua proliferação pelas urbes.

Dentre várias iniciativas implementadas, destacam-se a Operação CACO e a Lets Do It, envolvendo o sector privado, associações de ambientalistas, académicos e outros segmentos sociais.





3.2.9. Capacitação a Associações de Mulheres e Grupos de Interesse

Com vista a responder aos actuais desafios ambientais, de mudanças climáticas e de redução de risco de desastres, são implementadas acções de capacitação das comunidades sobre iniciativas que contribuem para o fortaleciemnto da sua resiliência.

A ambição do Governo é de construir um país em que os problemas da degradação ambiental não sejam um flagelo para os moçambicanos.



3.2.10. Gala Nacional do Ambiente

Trata-se de uma iniciativa que entra para a sua primeira edição, com o objectivo de impulsionar acções que contribuem para a conservação dos recursos naturais e do ambiente.

A Gala irá igualmente conferir notoriedade a iniciativas de impacto na gestão dos recursos naturais, e por via disso incentivar a participação dos diferentes actores da esfera produtiva e social na implementação de medidas sustentáveis no quadro de exploração dos recursos naturais no país.





3.2.11. Ambiente em Movimento

Para o presente ciclo de governação 2020-2024, o Governo tem em vista a implementação do Programa Ambiente em Movimento, sob o lema "Por um Moçambique Amigo do Ambiente" com o objectivo de consciecializar a população sobre as alterações climáticas como consequências da acção humana.

O espetro do programa contempla uma Educação Ambiental Itinerante, através de Road Shows, pelos 154 distritos do país, levando informação de forma didáctica para mais de 470.000 pessoas das comunidades entre crianças e adultos, para despertar nelas a consciência de que a qualidade de vida depende da forma como tratamos o ambiente.

O programa prevê abordar, através dos educadores ambientais, uma diversidade de temas, a saber: preservação da flora e fauna bravia; mudanças climáticas; uso correcto do plástico e utilização única; compostagem; abandono dos resíduos no ambiente e suas consequências; importância da separação dos resíduos sólidos; promoção da reflorestação e sua preservação entre outros.

Os recursos para a materialização do "Programa Ambiente em Movimento" incluem dentre vários, o camião com um palco de 6m2, contendo tela gigante para projeção de vídeos que tenham impacto nas comunidades e para demonstrações de boas práticas ambientais.

3.2.12. A Caça Furtiva Rouba de Todos Nós

A Campanha "A Caça Furtiva Rouba de Todos Nós", é uma produção do Governo em parceria com a WILDAID, uma organização não-governamental.

A campanha está a contribuir em grande medida para o aumento da consciência dos cidadãos sobre a necessidade de criar o seu bem-estar através de preservação do ambiente, conservação da biodiversidade e de todo o património natural, como factor de desenvolvimento social e económico e cultural.

3.3. Reconhecimento de Personalidades e dos Guardiões do Património Natural

O sector do ambiente tem sido marcado pelo reconhecimento, por organizações internacionais, de personalidades e outros sujeitos interventivos e comprometidos com a defesa de causas ambientais, dos quais destacamos:

3.3.1 Sua Excelência, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique

Em 2016 foi atribuído nos EUA o Prémio de Mérito na Conservação a Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por promover um novo conceito de parque nacional enquanto motor de desenvolvimento humano.

John Gantt, Presidente da ICCF, declarou:

"Não é nenhum segredo que a fauna bravia de Moçambique sofre com a caça furtiva. No entanto, o Presidente Nyusi comprometeu o seu país a efectuar uma melhor protecção dos seus treze Parques Nacionais e Reservas enquanto promove, simultaneamente, uma nova abordagem de desenvolvimento rural: utilizar os Parques e Reservas de Moçambique como motores de educação, desenvolvimento económico e prestação de serviços para as comunidades tradicionais que compartilham ecossistemas com estes tesouros naturais".



3.3.2 Director do Serviço de Protecção e Fiscalização na ANAC, Carlos Lopes Pereira

Em 2019, o Director do Serviço de Protecção e Fiscalização na Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), Carlos de vários anos para a conservação da natu-Lopes Pereira, recebeu das mãos do Príncipe reza em África. Carlos Lopes Pereira tem William em Londres (Inglaterra), o prémio desempenhado um papel chave nas acções "The Principe William Award for Conservation de gestão do conflito homem-fauna bravia no in Africa 2019" (O Príncipe William para a Conservação da Natureza em África 2019").

indivíduo em reconhecimento da sua dedicação e contribuição excepcional ao longo país. Nos últimos anos, teve uma contribuição relevante nos processos que resultaram na melhoria do quadro legal relativo à conser-O prémio é atribuído anualmente a um vação da biodiversidade, na elaboração da

estratégia de prevenção e combate à caça furtiva e na coordenação institucional que envolve o Ministério Público, a Magistratura Judicial, os vários ramos da Polícia, incluindo o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e outras instituições chave no combate ao tráfico de produtos de vida selvagem no âmbito nacional, regional e transnacional.

3.3.3 Administrador do Parque Nacional da Gorongosa, Pedro Estêvão Muagura

Em 2020, o Administrador do Parque Nacional da Gorongosa, Pedro Estêvão Muagura, num evento organizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA), recebeu o prestigioso Prémio Kenton R. Miller para Inovação em Parques Nacionais e Sustentabilidade de Áreas Protegidas.

O prémio homenageia indivíduos que estão a dar passos ousados para garantir a sustentabilidade a longo prazo destes locais vitais, desenvolvendo e aplicando políticas inovadoras, conhecimento científico, tecnologias,

práticas de campo ou modelos de governança.

Os esforços combinados de Pedro Estêvão Muagura para lidar com a perda de floresta tropical no Parque Nacional da Gorongosa, após os impactos devastadores da guerra civil sobre a biodiversidade e melhorar os meios de subsistência dos agricultores locais, foram pioneiros na sua abordagem e impacto.





3.3.4 Chefe de Fiscalização na Reserva Especial de Maputo, Natércio Ngovene

Em 2020, o Chefe de Fiscalização na Reserva Especial de Maputo, Natércio Ngovene, recebeu da Fundação Alibaba, uma organização baseada na China, o valioso prémio como um dos 10 mais bravos fiscais da flora e fauna do continente africano em 2019.

O prémio demonstra a confiança que o mundo deposita na sua capacidade de liderança das equipas e de superação de desafios, bem como a coragem e bravura de estar na linha da frente na defesa da integridade do património natural.

Ao longo dos 19 anos de carreira no sector da conservação da biodiversidade, dos quais 10 na Reserva Especial de Maputo, Natércio Ngovene empreendeu enormes esforços, que culminaram com a neutralização de inúmeras quadrilhas de caçadores furtivos e com a defesa dos interesses das comunidades residentes na zona tampão.





A protecção da rica e vasta biodiversidade existente no país passa por uma forte componente de educação ambiental para que as comunidades possam usar os recursos naturais de forma racional, num país em que mais de 50 por cento da sua população depende directamente deles.

E porque a educação ambiental é um dos principais factores de sucesso na conservação da biodiversidade de valor único, é necessário:



Reforçar a capacidade técnica ao nível dis- Mobilizar mais parcerias bem como recursos trital nos sectores de planificação, gestão, promoção e educação ambiental, para garantir feitas a nível das comunidades. que a componente ambiental continue uma prioridade nos Planos Económicos e Sociais dos Governos Distritais.



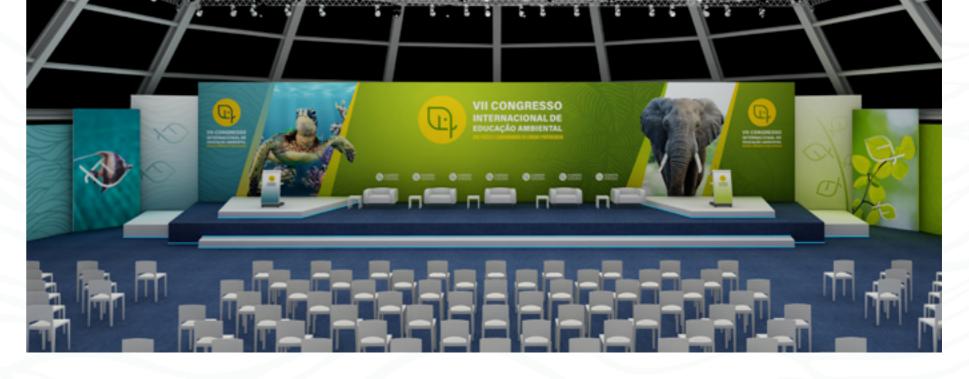
financeiros para reforçar as intervenções



Capacitar os Educadores Ambientais a diferentes níveis (Central, Provincial, Distrital e Comunitário) na recolha e processamento de informação e dados ambientais.







Para dinamizar os esforços orientados à consolidação dos programas de educação ambiental, na perspectiva de colocar os cidadãos conscientes da necessidade de participarem no desenvolvimento sócio-económico alinhado com a sustentabilidade ecológica, Mocambique pretende acolher, em 2023, o VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países falantes da Língua Portuguesa mais Galiza.

Com a organização do VII Congresso,

o país pretende divulgar o seu potencial em recursos naturais e biodiversidade que têm sido ao longo do historial, um pilar incontornável do desenvolvimento nacional.

O Congresso servirá de plataforma para reforçar a partilha de experiências e conhecimentos científicos, pedagógicos, sócio-culturais e políticos sobre temáticas ambientais dentro da imensa comunidade lusófona. Por outro lado, irá permitir a

promoção da cooperação entre actores educativos ao nível da CPLP, capacitando-os para actuar ao nível das políticas de responsabilidade ambiental e de justiça social.

Como resultados comutativos serão criadas parcerias entre os actores envolvidos, reforçando deste modo, projectos de cooperação, formação de técnicos e professores em matérias de educação ambiental, publicacão de informação científica

resultante de pesquisa e investigação ambiental, com impactos relevantes na melhoria da vida das comunidades.



De forma sistemática, esta candidatura para acolher o VII Congresso Internacional de Educação Ambiental expressa o comprometimento do Governo de Moçambique em integrar os valores do ambiente nas políticas, programas educacionais, programas de governação e nas economias dos países da comunidade lusófona, em prol de um desenvolvimento sustentável.

Enquanto se aguarda pela sua chegada a Moçambique em 2023, pode desfrutar de cenários paradisíacos que caracterizam o património natural nacional.



7.1 Parques

Parque Nacional do Limpopo

O Parque Nacional do Limpopo, localizado no distrito de Massingir, na Província de Gaza. Tem uma área de 11.233km2.

Nas suas planícies arenosas, savanas de mopane, savanas arborizadas e planícies aluviais pode-se encontrar uma diversidade de espécies, incluindo elefantes, rinocerontes e búfalos.









Parque Nacional de Banhine

Localizado no distrito de Chigubo, na Província de Gaza, Banhine foi estabelecido como Parque Nacional em 1973 com vista a garantir a sobrevivência da sua biodiversidade única. Tem uma área de 7.250 km2.

Os habitats naturais de Banhine são principalmente de paisagem de savana arenosa, floresta de mopane, pradarias e terras húmidas, bem como floresta de simbirre.

Um refúgio para o raro oribi, grandes antílopes como cudu e nyala, porco-espinho e predadores como o leão e a chita. Zebra, gnus e girafas, que anteriormente percorriam a área terão de ser translocados. Banhine alberga espécies raras de peixes (como killifish e lungfish). As terras húmidas suportam uma rica avifauna e o parque é um importante ponto de passagem para aves migratórias.



porção no distrito de Massangena na província de Gaza. O Parque Nacional do Zinave tem uma área de 408,843 hectares e foi criado a 26 de Junho de 1973.

O Parque Nacional do Zinave tem cerca de 200 espécies arbóreas e 200 espécies de gramíneas. Os animais que podem ser vistos incluem, elefante, girafa, hipopótamo, búfalo, impala, cudo, inhala, oribi, chango, piva, boi-cavalo, zebra, porco-bravo, crocodilo, cabrito do mato e hiena.

O Parque faz a transição entre as terras tropicais húmidas e as terras secas, sendo um importante local de passagem para os mamíferos nómadas que atravessam a região do Limpopo. A girafa é uma das espécies que mais se destaca da fauna local, estando naturalmente acompanhada de uma vegetação rica em acácias e florestas de miombo e mopane.

Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto

O Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto localiza-se ao longo da costa dos distritos de Vilankulo e Inhassoro, na província de Inhambane, abrangendo as ilhas de Bazaruto, Benguerra, Magaruque, Santa Carolina e Bangué. O Parque tem uma extensão de 1583 km².

Foi criado para preservar o dugongo e a tartaruga marinha. Quem mergulha nas suas águas azul-turquesa, pode observar a beleza pitoresca dos seus corais e o rico ecossistema que se move à sua volta.

Podemos também passar bons momentos no interior das suas florestas com lagoas de água salgada, onde se reúnem os flamingos.





Parque Nacional da Gorongosa

Este parque localiza-se na extremidade sul do Vale do Grande Rift Africano, na Província de Sofala e possui uma área de 4000 Km2 (400 000 hectares). O PNG e a zona Tampão abrangem 6 distritos desta Província, nomeadamente: Gorongosa, Muanza, Cheringoma, Maringue, Nhamatanda e Dondo.

O Parque Nacional da Gorongosa é uma das áreas com maior população de espécies de fauna bravia em África. Tem cerca de 6 mil espécies de flora e fauna (25 são endémicas), onde cerca de 150 a 200 são potencialmente novas para o conhecimento científico, espécies de carnívoros carismáticos (tais como leões e mabecos), 76 espécies de herbívoros e 413 espécies de avifauna.





Parque Nacional de Chimanimani

Localizado no distrito de Sussundenga, na Província de Manica, o Parque Nacional de Chimanimani abrange o Monte Binga, o ponto mais alto do país, junto à fronteira com o Zimbabwe.

Possui um ecossistema rico, especialmente nas zonas montanhosas, de paisagens rochosas e espécies únicas de plantas, aves, répteis e borboletas. A comunidade local preserva também pinturas rupestres, crenças e tradições ancestrais que adicionam ao Parque um interesse cultural.

Espécies Chaves: elefante, antílopes raros como cabrito azul e oribi, macaco samango, várias espécies de aves endémicas (incluindo o pisco-de-peitilho), o sapo-da-caverna criticamente ameaçado de extinção (Arthroleptis troglodytes).



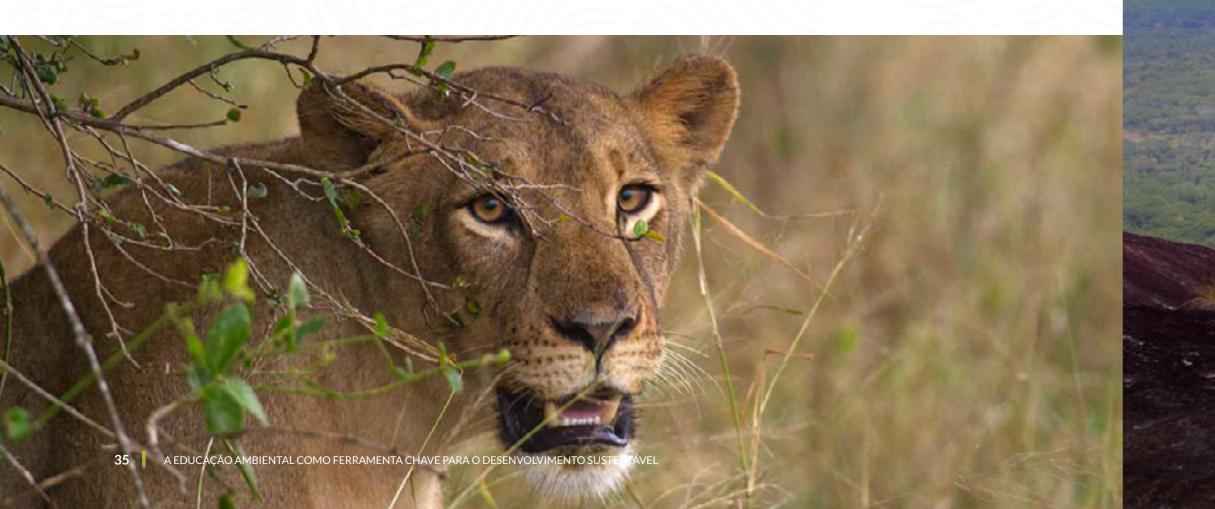




Parque Nacional de Mágoe

A área foi anteriormente parte integrante do programa comunitário Tchuma Tchato, uma iniciativa de maneio comunitário de recursos naturais, incentivando aos residentes locais a agirem como guardiões da vida selvagem. Área 3 558 km2. Predominantemente de floresta de mopane,

com floresta ribeirinha e floresta de miombo. A Albufeira de Cahora Bassa situa-se num desfiladeiro de verdadeira beleza. Um refúgio para a palanca vermelha regionalmente ameaçada, o Parque também abriga outros grandes animais, como elefantes, búfalos, hipopótamos, leões e leopardos.



Parque Nacional do Gilé

Localizado nos distritos de Pebane e Gilé, na répteis e anfíbios, dão vida à sua paisagem. um ponto de passagem obrigatório para Parcial de Caça em 1932.

As florestas, planícies e vegetação ribeirinha,

do Gilé foi primeiro proclamado Reserva leões e leopardos podem ser observados contacto com a natureza. em safaris pela savana. A proximidade à praia de Pebane e de Moebasse, ao Gurué, onde habitam centenas de espécies de aves, e à Ilha de Moçambique fazem do Parque

Província da Zambézia, o Parque Nacional Animais de grande porte como elefantes, quem procura verdadeiramente estar em

Parque Nacional das Quirimbas Localizado na Província de Cabo Delgado, o Parque Nacional das Quirimbas possui uma extensão terrestre e marinha de cerca de 7.500 km2. É composto por 27 ilhas das quais 11 são parte integrante do Parque, com águas cristalinas que escondem extensões massivas

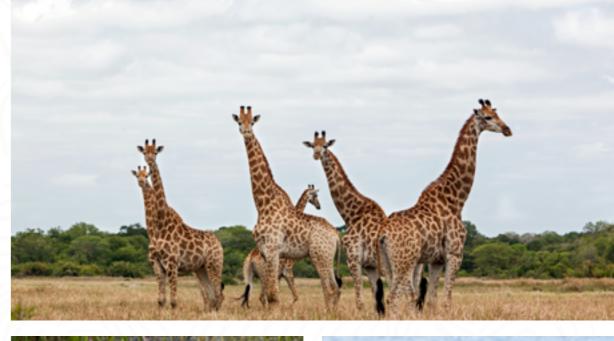
As florestas densas de mangal, de miombo seco e uma série importante de inselbergs na zona de Taratibu, região ocidental do

7.2 Reservas

Reserva Especial de Maputo

Conhecida por muitos como Reserva dos Elefantes, localiza-se no Distrito de Matutuíne, na Província de Maputo. Com uma extensão de 1.040 km2, a sua paisagem natural guarda maravilhosas florestas de solo arenoso e de mangal, pântanos e dunas parabólicas cobertas de vegetação.

O elefante é a espécie mais carismática da Reserva. Hospeda também a zebra, a girafa, o hipopótamo, o crocodilo e uma variedade de antílopes e aves, como a célebre águia pesqueira.









Parque, tornam a sua paisagem absolutamente inesquecível.

de recifes de coral e diversas espécies marinhas, como golfinhos, tartarugas, dugongos, tubarões e raias.

Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro

Com uma extensão de 678 km2, a Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro está localizada na extremidade sul do país, ao longo do Canal de Moçambique, junto à fronteira com a África do Sul. A sua paisagem natural é composta por lindas praias com recifes de coral, leitos de ervas marinhas, estuários e florestas de mangal deslumbrantes.

A partir do areal, podem observar-se golfinhos e baleias a emergirem à superfície das suas águas límpidas. As tartarugas também oferecem um lindo espectáculo da natureza, ao nidificar durante a época quente, ao longo da costa da Reserva. As praias atraem turistas de diversas origens que gostam de desfrutar da beleza e das emoções que este paraíso natural oferece.











Reserva Nacional de Marromeu

Primeiro Sítio Ramsar Nacional, cobre uma área total de 1.500 Km2, e está localizada no Distrito de Marromeu, Província de Sofala, no Delta do Rio Zambeze. A Reserva faz fronteira com a Coutada Oficial nº 14, a Este, limitada pelo Rio Micelo (localmente chamado por Rio N'céu, que é um braço do Rio Zambeze), O Rio Micelo separa as Províncias de Sofala e Zambézia). Ao Sul, a Reserva é limitada pelo Oceano Índico e a Oeste pelas Coutadas Oficiais nº 10 e 11. Foi criada por Diploma Legislativo n° 1995, de 23 de Julho de 1960.

Esta área de conservação constitui um viveiro de reprodução da população de búfalos e de outras espécies de fauna bravia que alimentam as Coutadas Oficiais nº 10, 11, 12 e 14, para o desenvolvimento do turismo cinegético, isto é, a caça desportiva. O censo aéreo nacional de fauna realizado em 2018 estimou a existência de cerca de 64.800 búfalos no país.

A avifauna é igualmente rica e a região é utilizada para nidificação do pelicano-branco, Pelecanus onocrotalus, e cinzento, Pelecanus rufescens e de cerca de 20% da população de grou-carunculado, Bugeranus carunculatus do mundo.

Os mangais abrigam a águia-pescadora-africana, Haliaeetus vocifer, garças, guarda-rios, flamingos, incluindo o flamingo-pequeno e o comum, maçaricos e corvos marinhos.





Reserva Especial do Niassa

Com uma área de 42.000 km2, é a maior área de conservação do país. Vivem em 40 aldeias dentro da Reserva Especial, cerca de 60 000 habitantes.

Possui a maior concentração de vida selvagem em Moçambique: 13 000 pala-palas e 800 leões bem como elefantes, búfalos, cães-selvagens, zebras, elandes e vaca-do-mato. A área possui três espécies endémicas: o gnu do Niassa, a zebra de Böhm e a impala de Johnston. As mais de 500 espécies de aves registadas incluem o falcão-de-Taita, o pita africano e o bico-de-tesoura africano.



7.3 Áreas de Protecção Ambiental

Área de Protecção Ambiental de Maputo

A Área de Protecção Ambiental de Maputo (APA) é uma área que promove a interacção harmoniosa entre a actividade humana e a natureza. A APA permite o uso múltiplo dos recursos, geridos de forma integrada, e incentiva o desenvolvimento de actividades que beneficiem e promovam serviços ecológicos importantes para os seus residentes e vizinhos. Constitui aquilo que se designa internacionalmente por Paisagem Protegida.

Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas

A reserva marinha abrange as 10 ilhas, o trecho do oceano entre elas e o litoral, uma dispersão de estuários e rios e territórios até 20 km para o interior. Tem uma área de 10.500km2.

O Arquipélago é essencial para a reprodução das tartarugas marinhas no Oceano Índico ocidental (é o habitat para 5 das 7 espécies de tartarugas marinhas do mundo) e hospeda baleias migratórias, golfinhos e espécies de aves raras, como as andorinhas--do-mar. Vegetação dentro e em volta das ilhas baixas inclui mangais, praias arenosas, tapetes de ervas marinhas e floresta costeira. No mar, o Arquipélago comporta recifes de coral espetaculares.





